

Título: PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E GESTORES SOBRE O REGISTRO DE VACINAS

Eixo temático: Sistemas de informação em vacinação.

Fontes de financiamento: CONASEMS

Autores:

Cecília Nogueira Rezende (EPSM/NESCON)

Daisy Maria Xavier de Abreu (NESCON)

Jackson Freire Araujo (EPSM/NESCON)

Flávio Álvares (CONASEMS)

Sabado Nicolau Girardi (EPSM/NESCON)

Francisco Eduardo de Campos (NESCON)

Resumo

Introdução: Conforme normativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, todo serviço de vacinação no Brasil deve fornecer dados ao Ministério da Saúde. Atualmente, houve uma alteração no sistema de registro oficial de imunizantes nas salas de vacinas das unidades básicas de saúde, passando do SI-PNI para o e-SUS AB.

Objetivos: Compreender questões relacionadas a mudança entre os sistemas de registro de vacinação na perspectiva de gestores, coordenadores e profissionais de saúde envolvidos com imunização.

Metodologia: Foram realizadas entrevistas em profundidade e grupos de discussão com profissionais de saúde, gestores municipais e estaduais, bem como representantes e coordenadores do Ministério da Saúde ligados a imunização, buscando apreender as diferentes percepções sobre o cenário das políticas de imunização nos municípios brasileiros, identificando os principais desafios a elas impostos. O sistema de registro de imunizantes foi um dos temas abordados.

Resultados: Representantes do PNI avaliaram como positiva a mudança do sistema de registro, argumentando que a inclusão de informações, como nome e endereço de quem tomou a vacina, era um fator que poderia potencializar a busca ativa de crianças. Contudo, membros das equipes de saúde da família e coordenadores estaduais de imunização destacaram transtornos relacionados a nova forma de registrar. Entre os motivos citados pelas coordenações estão a rotatividade das ferramentas (SI-PNI, SIPNI-WEB, e-SUS, Localiza SUS) associada à falta de um suporte por parte do Ministério da Saúde, bem como a dificuldade de acompanhamento dos dados em tempo real. Na perspectiva dos entrevistados, pelo SI-PNI era possível um monitoramento a nível estadual, o que não é possível com o e-SUS. Ainda, outros desafios apontados foram: efetivar a compatibilização do sistema atual com os anteriores ou até mesmo com os sistemas próprios utilizados por estados e municípios e o registro das BCG aplicadas nas maternidades, que via de regra utiliza somente o SI-PNI.

Os profissionais das equipes de saúde da família acrescentaram pontos relacionados à prática. A sobrecarga recursos humanos disponíveis nas salas de vacina foi um deles, o mesmo profissional precisa administrar a vacina, registrá-la no cartão de vacinação, registrá-la no

sistema, orientar os pacientes e/ou suas famílias, entre outras atribuições. Com a mudança de sistema, os profissionais observaram que o processo como um todo ficou mais lento, o que gera a necessidade de um período de adaptação. Outro ponto foi, o acesso precário à internet em muitas localidades, além da dificuldade em possuir computadores exclusivos para a ação de registro de imunização.

Gestores do Ministério da Saúde, oportunamente ouvidos nesta pesquisa, reconheceram os desafios no processo de mudança de sistema e mencionaram estratégias de enfrentamento. Uma delas é um investimento em capacitar profissionais que trabalham com os sistemas de informação disponíveis.

Conclusões/Considerações: Os sistemas de registro de vacinas representam um grande gargalo para a saúde pública no Brasil. Os desafios apontados mostram desafios estruturais, de gestão e alertam, especialmente, para a necessidade de apoio institucional para que a mudança de sistema logre sucesso na intenção de melhorar os registros de vacinação.